



Nome: \_\_\_\_\_

**PREFEITURA MUNICIPAL DE LIMOEIRO DO NORTE-CE**  
**Processo Seletivo – 004/2025****064 – ORIENTADOR AMBIENTAL (EDUCAÇÃO  
AMBIENTAL) – PROVA 01****PROVA ESCRITA OBJETIVA**  
**CADERNO DE QUESTÕES**

Leia atentamente as instruções abaixo e aguarde a autorização para abertura deste caderno de questões.

1. Confira o CADERNO DE QUESTÕES nos primeiros 30 minutos de prova. Caso haja algum erro de impressão, ausência de questão, dentre outros, a prova poderá ser substituída nesse intervalo de tempo.
2. Assine seu nome no espaço próprio do CARTÃO-RESPOSTA, utilizando caneta esferográfica de tinta azul ou preta. A não assinatura incide na DESCLASSIFICAÇÃO DO CANDIDATO.
3. Para cada uma das questões objetivas, são apresentadas 4 opções identificadas com as letras A, B, C, D. Assinale apenas uma opção em cada questão, caso contrário, ela será nula.
4. Não dobre, não amasse, nem manche o CARTÃO-RESPOSTA. Ele NÃO poderá ser substituído.
5. O tempo disponível para esta prova é de **3h**.
6. Reserve os 30 minutos finais para marcar seu CARTÃO-RESPOSTA. Os rascunhos e as marcações assinaladas no CADERNO DE QUESTÕES não serão considerados na avaliação.
7. Quando terminar a prova, entregue-a ao fiscal SEM FALTAR NENHUMA PÁGINA OU PARTE DELA, juntamente com o CARTÃO-RESPOSTA. Em seguida, assine a LISTA DE PRESENÇA. Caso o CADERNO DE QUESTÕES E/OU o CARTÃO-RESPOSTA estejam rasgados ou incompletos, o candidato será eliminado.
8. Os candidatos, após entrarem na sala da prova, somente poderão retirar-se após decorrida uma hora do tempo de duração previsto.
9. O candidato também será excluído do certame caso:
  - a) Utilize, durante a realização da prova, máquinas e/ou relógios de calcular, bem como rádios, gravadores, fones de ouvido, telefones celulares ou fonte de consulta de qualquer espécie.
  - b) Ausente-se da sala de prova levando consigo o CADERNO DE QUESTÕES, antes do tempo estabelecido, e/ou CARTÃO-RESPOSTA.
  - c) Deixe de assinalar corretamente o campo no CARTÃO-RESPOSTA.





PROCESSO SELETIVO



**GABARITO**

<b>01</b>	<b>02</b>	<b>03</b>	<b>04</b>	<b>05</b>	<b>06</b>	<b>07</b>	<b>08</b>	<b>09</b>	<b>10</b>	<b>11</b>	<b>12</b>	<b>13</b>	<b>14</b>	<b>15</b>	<b>16</b>	<b>17</b>	<b>18</b>	<b>19</b>	<b>20</b>	
<b>21</b>	<b>22</b>	<b>23</b>	<b>24</b>	<b>25</b>	<b>26</b>	<b>27</b>	<b>28</b>	<b>29</b>	<b>30</b>	<b>31</b>	<b>32</b>	<b>33</b>	<b>34</b>	<b>35</b>	<b>36</b>	<b>37</b>	<b>38</b>	<b>39</b>	<b>40</b>	

**064 – ORIENTADOR AMBIENTAL (EDUCAÇÃO AMBIENTAL) –  
PROVA 01****CONHECIMENTOS GERAIS****TEXTO****COMO DRONES SE TORNARAM UMA  
AMEAÇA ÀS COMUNIDADES RURAIS**

Os agricultores familiares de Limoeiro do Norte, no Ceará, preparavam-se para mais uma feira agroecológica mensal quando foram surpreendidos pela notícia de que o governador Elmano de Freitas (PT) havia prometido autorizar, até o fim de 2024, o uso de drones agrícolas para pulverização no estado.

O anúncio reacendeu um medo já inexistente na cidade, palco histórico da luta contra a pulverização aérea de agrotóxicos no Brasil. Treze dias depois, a medida foi concretizada e o Ceará deixou de ser o único estado brasileiro a impedir totalmente essa modalidade de uso de pesticidas. “A história de veneno na nossa região já ultrapassa os limites. Vivemos numa situação delicada, o progresso chegando, o agronegócio dominando e a gente acuado”, lamenta Lucas Brito, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras familiares de Limoeiro.

A reviravolta cearense não aconteceu por acaso. Os drones têm sido cada vez mais utilizados para pulverização de agrotóxicos no Brasil, vendidos como uma alternativa mais precisa e tecnológica aos aviões. Em dois anos, a quantidade de drones registrados na Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) para fins de pulverização aumentou em mais de dez vezes, saltando de 674 para 7.312 entre janeiro de 2023 e janeiro de 2025.

Antes, os registros se concentravam em 18 estados, agora já há presença de drones agrícolas cadastrados em 26 unidades da federação. O Ceará, que não tinha nenhum, já tem quatro cadastros. Além dele, passaram a figurar registros no Acre, Amazonas, Paraíba, Piauí, Roraima, Rio Grande do Norte e Distrito Federal. Já localidades onde há forte presença do agronegócio sofreram os aumentos mais expressivos. O Maranhão viu saltar os cadastros de um para 104, enquanto o Mato Grosso do Sul teve um aumento de dois para 103 drones.

O avanço dos drones agrícolas no Brasil vem acompanhado da criação de normativas. Em 2021, a portaria 298/21 do Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa) estabeleceu regras para os operadores e equipamentos. Para manejá-los, é

preciso cadastrar os drones na Anac e realizar um curso, chamado de CAAR. Além disso, não é permitida a aplicação aérea de agrotóxicos em áreas situadas a menos de vinte metros de povoações. Em estados como o Ceará e Maranhão, entretanto, a realidade é outra, denunciam movimentos sociais. Os drones se transformaram em uma ameaça.

Um levantamento divulgado pela ONG Repórter Brasil no início deste mês mostra que 228 comunidades em 35 municípios do Maranhão denunciaram contaminação por pesticidas até outubro de 2024. Dessas, em 94% dos casos a pulverização foi feita por drones. “O problema dos drones no Maranhão se relaciona com a expansão do agronegócio [...] Há uma demanda excessiva pelo uso de agrotóxicos”, explica o advogado Diogo Cabral, da Federação dos Trabalhadores Rurais do Maranhão (Fetaema), uma das entidades que fez o levantamento.

Segundo Cabral, os drones começaram a ser vistos na paisagem nos últimos quatro anos e estão relacionados à contaminação dos rios e nascentes, ao adoecimento agudo da população, que têm apresentado problemas de pele, enjoos e dificuldades respiratórias, e à perda de produção agroecológica. Alguns agricultores denunciam que os equipamentos têm sido utilizados a menos de 20 metros das residências e plantações. “Eles geralmente colocam muito cedo pela manhã ou no fim do dia. Sem contar que as famílias não têm mais privacidade. [...]”

De acordo com a Fetaema, todas as denúncias recebidas afirmam que os drones estão pulverizando diretamente o plantio das comunidades. Em São Mateus, a cerca de 200 quilômetros de São Luís, moradores de territórios quilombolas têm perdido a plantação de milho, abóbora e feijão por causa das pulverizações. “Está sem controle, e só quem perde somos nós, os pequenos”, reclama um representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares de São Mateus.

As ações são consideradas pelas entidades que defendem os agricultores como tentativas de expulsão das comunidades tradicionais. Dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT) mostram que a contaminação por agrotóxicos nas comunidades rurais aumentou quase dez vezes no primeiro semestre de 2024. Na maioria dos casos de conflitos de terra registrados pela entidade, foi relatado uso de drones. “Eles fazem parte de um conjunto de ameaças. É uma tecnologia usada em conjunto a seguranças armados, que vigiam



os caminhos, a movimentação no território”, explica Lenora Rodrigues, da coordenação da CPT Maranhão.

“Os drones entraram como mais uma ferramenta para ajudar no processo de inviabilização da vida tradicional dessas comunidades”, afirma Alan Tygel, da Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida. O modelo de drone agrícola mais utilizado no país é o Agras T40, da empresa DJI, que representa 34,5% de todos os equipamentos cadastrados na Anac. De acordo com o site da fabricante, o drone pode carregar até 40 quilos de carga útil de pulverização e espalhar 1,5 tonelada de fertilizante por hora.

Em seu último relatório anual, a DJI afirma que a indústria global de drones agrícolas está em expansão e destaca o Brasil, ao lado dos Estados Unidos e da China, como país que está na vanguarda da regulamentação desses equipamentos. No Brasil, há uma tendência em tornar os processos de registro mais fáceis. Em outubro de 2024, o Mapa anunciou uma consulta pública para desburocratizar cadastros de operadores e entidades de ensino. Em 2023, a Anac já havia simplificado as regras para cadastro dos drones agrícolas.

“Para os pilotos de drone, as exigências são muito menores do que para os pilotos de avião, em termos de técnica e conhecimento para fazer essa atividade. Basta fazer um pequeno curso”, questiona Tygel. Na internet, é possível encontrar cursos totalmente online que prometem aulas do básico ao avançado por valores entre R\$ 1 mil e R\$ 4,5 mil.

Cerca de 70% dos drones cadastrados em janeiro de 2023 para pulverização estavam em nomes de empresas. Esse percentual diminuiu para 48% em dois anos, ou seja, agora a maioria dos drones usados para pulverizar no país estão em nome de pessoas físicas. “A pessoa pode ter um certificado oficial do ministério sem nunca ter visto um drone”, afirma o deputado estadual Renato Roseno (PSOL-CE), um dos autores da lei que proibiu a pulverização aérea no Ceará em 2019.

No começo de 2024, representantes do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Timbiras (STTR), no Maranhão, chegaram a ser procurados por representantes de empresas interessadas em ofertar cursos semelhantes. Em Açailândia, a própria prefeitura da cidade chegou a oferecer, em 2023, um curso de pilotagem de drone. “Muitos jovens têm procurado [esses cursos] porque dizem que é uma forma de ganhar dinheiro, que está em alta. Mas [as empresas] não socializam o que tem

sido a questão do drone para a nossa vida, para o meio ambiente”, reclama uma agricultora local.

De acordo com Cabral, as lojas de drones também passaram a ser vistas com mais frequência em pequenos e médios municípios onde há presença do agronegócio nos últimos dois anos. Apesar do crescimento do setor, entidades como Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), a Fiocruz e a Cáritas, já se posicionaram contra a pulverização por drones.

A Fiocruz e a Abrasco alegam que, apesar do discurso que posiciona os drones como menos contaminantes e mais precisos que aviões, faltam estudos para provar isso. “Os estudos sobre o impacto do uso de drones para a aplicação de agrotóxicos na saúde e no ambiente ainda não conseguiram acompanhar a velocidade do mercado”, diz uma nota técnica conjunta publicada em dezembro.

A pulverização aérea é proibida na União Europeia desde 2009 e concentra críticas sobretudo pela deriva – quando a aplicação não atinge o local adequado e acerta alvos circunvizinhos. Um estudo da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) mostra que, mesmo com ventos ideais, apenas 32% dos agrotóxicos pulverizados por via aérea ficam retidos nas plantas.

Para o pesquisador Fernando Carneiro, da Fiocruz Ceará e do grupo temático de Saúde e Ambiente da Abrasco, o avanço dos drones na agricultura está ligado à redução de custos das operações. Segundo o especialista, trocar a pulverização manual pelo drone impede que um trabalhador contaminado acione a Justiça por danos, bem como reduz o valor investido na logística de operação de aviões.

Os parâmetros estabelecidos para a aplicação dos agrotóxicos e a capacidade dos governos de fiscalizar o cumprimento dessas regras também são alvo de críticas. “Pode-se estabelecer uma distância segura para aplicar o que chamamos de veneno? Não se pode ter controle do vento, da altura, do ângulo dos jatos”, afirma a advogada e coordenadora de projetos da ONG Esplar, Magnólia Said.

Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/como-drones-se-tornaram-uma-ameaca-às-comunidades-rurais/a-71512506>>. Adaptado. Acesso em: 14 de setembro de 2025.

### **Questão 01**

Em “Os agricultores familiares de Limoeiro do Norte, no Ceará, preparavam-se para mais uma feira agroecológica mensal”, o termo oracional destacado deve ser classificado como:



- a) Adjunto adverbial de finalidade.
- b) Objeto indireto.
- c) Objeto direto preposicionado.
- d) Adjunto adverbial de tempo.

**Questão 02**

No trecho “O anúncio reacendeu um medo já inexistente na cidade, palco histórico da luta contra a pulverização aérea de agrotóxicos no Brasil.”, a palavra destacada é derivada por:

- a) Prefixação.
- b) Sufixação.
- c) Prefixação e sufixação.
- d) Parassíntese.

**Questão 03**

Assinale a alternativa que apresenta em destaque uma locução adverbial.

- a) A reviravolta cearense não aconteceu por acaso.
- b) Em dois anos, a quantidade de drones registrados na Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) para fins de pulverização aumentou.
- c) O Ceará, que não tinha nenhum, já tem quatro cadastros. Além dele, passaram a figurar registros no Acre, Amazonas, Paraíba, Piauí, Roraima, Rio Grande do Norte e Distrito Federal.
- d) Além disso, não é permitida a aplicação aérea de agrotóxicos em áreas situadas a menos de vinte metros de povoações.

**Questão 04**

No trecho “De acordo com a Fetaema, todas as denúncias recebidas afirmam que os drones estão pulverizando diretamente o plantio das comunidades”, a palavra destacada tem o sentido de:

- a) Espalhar uma substância em pequenas partículas sobre uma superfície.
- b) Destruir completamente algo de forma violenta.
- c) Dividir um território em várias partes menores.
- d) Eliminar uma plantação por meio do uso de máquinas agrícolas.

**Questão 05**

No trecho “a indústria global de drones agrícolas está em expansão e destaca o Brasil, ao lado dos Estados Unidos e da China, como país que está na vanguarda da regulamentação desses equipamentos”, a palavra destacada significa que o Brasil está:

- a) Atrasado em relação a outros países no processo de regulamentação.
- b) Ignorando as tendências globais de regulamentação.
- c) Regulamentando os drones agrícolas de forma excessivamente restritiva.
- d) No grupo dos países que lideram e inovam nessa área.

**Questão 06**

Assinale a alternativa que apresenta CORRETAMENTE um advérbio destacado.

- a) Segundo o especialista, trocar a pulverização manual pelo drone impede que um trabalhador contaminado acione a Justiça por danos.
- b) Pode-se estabelecer uma distância segura para aplicar o que chamamos de veneno?
- c) A pulverização aérea é proibida na União Europeia desde 2009 e concentra críticas sobretudo pela deriva.
- d) A reportagem questionou o Mapa e o governo do Ceará.

**Questão 07**

No trecho “Na maioria dos casos de conflitos de terra registrados pela entidade, foi relatado uso de drones”, o termo destacado exerce a função sintática de:

- a) Sujeito.
- b) Objeto direto.
- c) Complemento nominal.
- d) Predicativo do objeto.

**Questão 08**

Assinale a alternativa que destaca CORRETAMENTE um termo regido.

- a) Os parâmetros estabelecidos para a aplicação dos agrotóxicos e a capacidade dos governos de fiscalizar o cumprimento dessas regras também são alvo de críticas.
- b) Os estudos sobre o impacto do uso de drones para a aplicação de agrotóxicos na saúde e no ambiente ainda não conseguiram acompanhar a velocidade do mercado.
- c) Os drones têm sido cada vez mais utilizados para pulverização de agrotóxicos no Brasil, vendidos como uma alternativa mais precisa e tecnológica aos aviões.
- d) Um estudo da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) mostra que, mesmo com ventos ideais, apenas 32% dos agrotóxicos pulverizados por via aérea ficam retidos nas plantas.

**Questão 09**

No trecho “é possível encontrar cursos totalmente online que prometem aulas do básico ao avançado”, o termo destacado deve ser classificado como:

- a) Advérbio.
- b) Conjunção integrante.
- c) Preposição.
- d) Pronome relativo.

**Questão 10**

No trecho “O avanço dos drones agrícolas no Brasil vem acompanhado da criação de normativas”, a palavra destacada pode ser substituída, sem alteração de sentido, por:

- a) Exceções.
- b) Sugestões.
- c) Tendências.
- d) Regulamentos.

**Questão 11**

Durante a elaboração de um documento no Microsoft Word, um colaborador utiliza os recursos de “comentários” e “controle de alterações” para revisar o conteúdo em conjunto com outros membros da equipe. Nesse sentido, considerando a produção colaborativa de documentos, assinale a alternativa que apresenta o benefício a que essa prática está associada.

- a) Permitir maior compatibilidade entre versões do *Microsoft Word*, aumentando o tamanho do arquivo e garantindo que todas as funcionalidades sejam carregadas corretamente em diferentes sistemas operacionais.
- b) Facilitar o acompanhamento e a identificação das modificações realizadas por diferentes usuários ao longo do processo de edição.
- c) Garantir a conversão automática do arquivo para o formato PDF ao final da revisão.
- d) Definir uma senha de acesso para restringir a visualização do conteúdo do documento, protegendo informações sensíveis durante a fase de edição colaborativa.

**Questão 12**

Analise as sentenças a seguir sobre arquiteturas de computadores no contexto de sistemas operacionais modernos.

I- A ULA é responsável por armazenar dados temporariamente durante a execução do sistema operacional.

II- A memória *cache* é uma memória de alta velocidade situada entre a RAM e o processador, usada para reduzir o tempo de acesso a dados frequentemente utilizados.

III- Em arquiteturas modernas, o uso de múltiplos núcleos (*multicore*) permite a execução simultânea de vários processos, aumentando o desempenho em ambientes multitarefa.

Está(ão) CORRETA(S):

- a) Apenas a sentença II.
- b) Apenas a sentença III.
- c) Apenas as sentenças I e II.
- d) Apenas as sentenças II e III.

**Questão 13**

Sobre sistemas operacionais, assinale a alternativa CORRETA.

- a) O sistema operacional atua como uma interface gráfica para o usuário, delegando integralmente o gerenciamento de *hardware* a dispositivos externos.
- b) O *kernel* é o componente central do sistema operacional, responsável pelo gerenciamento direto do *hardware*, processos, memória e comunicação entre dispositivos.
- c) A gestão de memória é realizada pelo processador, e o sistema operacional não participa desse processo.
- d) A multitarefa impede a execução simultânea de processos para evitar conflitos, permitindo apenas que um único processo permaneça ativo por vez, bloqueando os demais temporariamente.

**Questão 14**

Conforme Constituição Federal de 1988, quando invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, ele será:

- a) Posto em disponibilidade.
- b) Reconduzido.
- c) Reaproveitado.
- d) Reintegrado.

**Questão 15**

O servidor abrangido por regime próprio de previdência social será aposentado:

- a) Compulsoriamente, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, aos 65 (sessenta e cinco) anos de idade, ou aos 75 (setenta e cinco) anos de idade, na forma de lei ordinária.



- b) Por incapacidade permanente para o trabalho, no cargo em que estiver investido, quando insuscetível de readaptação e com 65 (sessenta e cinco) anos de idade, ou aos 75 (setenta e cinco) anos de idade hipótese, em que será obrigatória a realização de avaliações periódicas para verificação da continuidade das condições que ensejaram a concessão da aposentadoria, na forma de lei do respectivo ente federativo.
- c) Compulsoriamente, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, aos 70 (setenta) anos de idade, ou aos 75 (setenta e cinco) anos de idade, na forma de lei complementar.
- d) No âmbito da união, aos 60 (sessenta) anos de idade, se mulher, e aos 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem, e, no âmbito dos estados, do distrito federal e dos municípios, na idade mínima estabelecida mediante emenda às respectivas constituições e leis orgânicas, observados o tempo de contribuição e os demais requisitos estabelecidos em lei complementar do respectivo ente federativo.

**Questão 16**

A senha de acesso a um cofre de um banco consiste em cinco caracteres alfabéticos ou numéricos, sendo o primeiro necessariamente alfabético. Nesse sentido, o número de senhas possíveis é:

- a)  $26 \times 36^4$ .  
b)  $36^5$ .  
c)  $260 \times 36^4$ .  
d)  $26^3 \times 10^2$ .

**Questão 17**

Em uma Progressão Aritmética (PA), o primeiro termo é  $a_1 = 45$  e a razão é  $r = 8$ . Dessa forma, o 120º termo dessa PA é:

- a) 997.  
b) 993.  
c) 953.  
d) 981.

**Questão 18**

Por meio da Lei Municipal n.º 2.494/2024, foi criada, em Limoeiro do Norte (CE), a Casa da Mulher Limoeirense. Desse modo, uma das atribuições dessa instituição é:

- a) Encaminhar as mulheres em situação de iminente risco de morte em razão da violência doméstica e familiar aos abrigos sigilosos, quando necessário e mediante prévia avaliação de risco.
- b) Prestar assistência direta exclusivamente médico-hospitalar às mulheres em situação de violência, priorizando o atendimento de urgência e emergência em detrimento de outras áreas como a social, psicológica e jurídica.
- c) Elaborar diagnóstico da violência contra as mulheres atendidas somente para fins estatísticos internos, sem utilizar os dados para orientar políticas públicas ou ações intersetoriais.
- d) Restringir as ações educativas de prevenção à violência contra a mulher apenas às escolas públicas, sem considerar outros espaços comunitários, culturais e institucionais.

**Questão 19**

Sobre as práticas educativas implementadas pela Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos (FAFIDAM) durante seus primeiros dez anos de existência, assinale a alternativa CORRETA.

- a) As práticas estavam estreitamente ligadas ao projeto político do governo civil-militar, reforçando a ordem social conservadora, inclusive por meio de perseguições.
- b) As práticas propunham uma ruptura com a ordem conservadora vigente, promovendo ensino crítico e de oposição ao regime militar.
- c) As práticas tiveram caráter meramente técnico e profissionalizante, sem influência de projetos ideológicos, sendo desprovidas de qualquer ligação com o contexto político.
- d) As práticas constituíam uma proposta de educação libertária, baseada na pedagogia de Paulo Freire, aplicada como resistência ao conservadorismo e ao autoritarismo.

**Questão 20**

Sobre a criação e expansão das instituições educacionais da Igreja Católica em Limoeiro do Norte (CE), assinale a alternativa CORRETA.

- a) A Diocese de Limoeiro do Norte foi criada em 1938, mas só em 1945, após a posse de Dom Aureliano Matos, iniciaram-se as construções dos principais colégios e seminários da região.
- b) A instalação do Seminário Diocesano Cura D' Ars ocorreu no centro urbano de Limoeiro do Norte, seguindo a tendência de centralidade das instituições religiosas no semiárido nordestino.



- c) No intervalo de 27 anos, a Diocese, sob a liderança de Dom Aureliano Matos, consolidou um complexo educacional que incluía ginásio, seminário, patronato, liceu e até uma rádio, culminando com a criação da FAFIDAM em 1968.
- d) A criação da FAFIDAM, aprovada em 1967 e inaugurada em 1968, foi um projeto isolado da Igreja Católica, sem participação ou apoio do Estado cearense.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

### Questão 21

A distinção entre posse e propriedade, embora frequentemente confundida, tem implicações diretas sobre o exercício do direito de construir. Considerando os institutos previstos no Código Civil e na Constituição Federal (CF), observa-se que a consolidação desse direito depende da natureza da relação jurídica estabelecida com o bem. Nesse contexto, o exercício legítimo do direito de construir ocorre quando:

- a) A detenção da coisa, mesmo subordinada à vontade do possuidor ou do proprietário, gera por si só poderes plenos de disposição, permitindo acréscimos definitivos na estrutura do imóvel.
- b) A posse direta exercida por locatário, ainda que desvinculada do domínio, faculta a realização de modificações permanentes no imóvel, em razão da exteriorização do ânimo de dono.
- c) A mera detenção vinculada ao proprietário, desprovida de autonomia, equipara-se à posse qualificada, possibilitando a aquisição do domínio por meio de acessões construtivas.
- d) O proprietário, ao reunir em si os poderes de uso, gozo e disposição, pode exercer plenamente a faculdade de construir, sem que a posse isolada, direta ou indireta, confira tal prerrogativa de modo originário.

### Questão 22

A evolução do conceito de propriedade repercute diretamente no direito de construir, especialmente quando confrontado com os limites impostos pelo interesse coletivo e pelas relações de vizinhança. Diante desse panorama, como a configuração contemporânea do exercício desse direito pode ser compreendida? Assinale a alternativa CORRETA.

- a) Prerrogativa exclusiva do titular, decorrente da tradição liberal do século XVIII, na qual o exercício individual prevalece sobre qualquer

condicionante social, sendo admitidas apenas restrições formais decorrentes de registro imobiliário.

- b) Faculdade ilimitada de utilização da coisa, compatível com a concepção absolutista do domínio, em que a vontade do proprietário se sobrepõe ao interesse social e às normas de vizinhança, refletindo o apogeu do individualismo jurídico.
- c) Exercício autônomo do domínio individual, caracterizado pela supremacia da esfera privada, em que a construção materializa o poder de disposição ilimitado do proprietário, admitindo intervenção estatal apenas em hipóteses de desapropriação.
- d) Manifestação relativa do direito de propriedade, sujeita a limites derivados da função social e da convivência coletiva, afastando o uso anormal e antissocial da faculdade de construir em favor de um equilíbrio entre interesse privado e social.

### Questão 23

No âmbito do direito de construir, subordinado ao regime das relações de vizinhança, a aplicação da teoria da normalidade afasta a concepção absoluta da propriedade, exigindo a análise concreta do uso exercido. Considerando a doutrina e o Art. 1.277 do Código Civil, o exercício do domínio será considerado anormal quando:

- a) A utilização do imóvel, embora cause desconforto subjetivo ao vizinho, estiver de acordo com a destinação do bairro, a época e as condições usuais de fruição da propriedade.
- b) A obra realizada ultrapassar os padrões ordinários de uso do imóvel segundo sua destinação e localização, impondo ao vizinho prejuízos que extrapolem a tolerância normal exigida pela convivência.
- c) A atividade exercida pelo proprietário gerar incômodo apenas potencial, sem repercussão imediata ou efetiva sobre a segurança, sossego ou saúde do vizinho.
- d) O vizinho, diante de qualquer desconforto mínimo, invocar o princípio da relatividade do domínio como fundamento suficiente para impedir a utilização do imóvel.

### Questão 24

No procedimento de licenciamento de obras e loteamentos urbanos, o controle exercido pela Prefeitura tem caráter preventivo e encontra limites jurídicos bem definidos. Nesse contexto, é a conduta administrativa que:



- a) Condiciona a expedição do alvará à observância das normas técnicas e regulamentares aplicáveis, mas sem impor exigências além das previstas em lei, representa exercício legítimo do poder de controle.
  - b) Indefere sumariamente o pedido de licença sem oportunizar ao interessado a correção do projeto, mesmo em caso de desconformidade com exigências técnicas ou legais, encontra respaldo no poder de polícia urbanística.
  - c) Recusa a licença com fundamento em decreto expropriatório ainda não efetivado com a devida indenização prévia ao proprietário, constitui manifestação regular da supremacia do interesse público.
  - d) Impede a aprovação do projeto com base em mero plano de obras públicas para a área, independentemente de indenização, traduz-se em decisão irrecorrível no âmbito administrativo.
- a) A Prefeitura, ao aprovar projeto compatível com o terreno do interessado, emite documento precário e sumariamente revogável, ainda que preenchidos todos os requisitos legais, caracteriza a expedição de alvará de licença.
  - b) A autorização conferida para edificação transitória em terreno particular, sem respaldo legal expresso, constitui ato discricionário da Administração, que pode ser revogado a qualquer tempo, independentemente de indenização.
  - c) O deferimento de projeto de loteamento urbano depende de ato discricionário da Prefeitura, mesmo quando atendidas integralmente as normas regulamentares, sendo a concessão facultativa ao poder público.
  - d) A expedição de alvará de autorização gera direito subjetivo do proprietário, de modo que a Administração só poderá revogá-lo mediante indenização prévia e justa, dada sua vinculação ao direito de propriedade.

#### **Questão 25**

As normas que regem o licenciamento de obras disciplinam tanto os prazos de validade do alvará quanto os efeitos de sua caducidade, especialmente diante de normas supervenientes. Nesse contexto, é a situação em que:

- a) O projeto é protocolado em conformidade com a legislação vigente, mas a Prefeitura demora na aprovação, obriga o interessado a adaptar-se às normas editadas após o protocolo, sob pena de indeferimento.
- b) A obra é iniciada dentro do prazo do alvará, mas não concluída durante sua vigência, assegura ao titular a possibilidade de renovação automática da licença, independentemente de novas exigências legais.
- c) O alvará caduca por falta de início da obra dentro do prazo legal, extingue-se o direito anteriormente assegurado, sendo obrigatória a adaptação do projeto às normas em vigor no momento da renovação.
- d) A aprovação tácita, decorrente do silêncio da Prefeitura dentro do prazo legal, consolida direito adquirido, dispensando a obrigação de demolir caso o projeto venha a ser posteriormente indeferido.

#### **Questão 26**

O alvará, enquanto instrumento de controle prévio das construções, pode assumir diferentes naturezas jurídicas, que condicionam sua estabilidade e os efeitos decorrentes de sua concessão. Nesse contexto, a hipótese em que:

#### **Questão 27**

O direito de preempção, previsto na legislação urbanística, atua como mecanismo de controle preventivo na dinâmica de alienações onerosas entre particulares, repercutindo diretamente no exercício de prerrogativas públicas e na regularidade dos atos privados. Nesse contexto, a alienação de imóvel urbano é:

- a) Efetuada antes da publicação de edital em jornal de circulação regional, mas após a manifestação expressa do Município pelo não exercício da preferência, constitui vício sanável mediante ratificação posterior da Administração.
- b) Vinculada a finalidade de constituição de reserva fundiária ou ordenamento urbano prescinde de prévia notificação do proprietário, bastando a existência de lei municipal delimitando a área sujeita ao direito de preempção.
- c) Realizada em conformidade com proposta anexada à notificação, porém durante o prazo de trinta dias em que o Município ainda poderia manifestar interesse, é eficaz, mas sujeita à confirmação administrativa posterior.
- d) Precedida de notificação regular e transcorrido o prazo legal sem manifestação do Poder Público, pode ser concluída livremente com o terceiro interessado, mas deve ser comunicada ao Município mediante envio de cópia do instrumento de alienação.

**Questão 28**

A respeito da usucapião especial de imóvel urbano como um dos instrumentos da Política Urbana, analise as sentenças a seguir:

- I- Na ação de usucapião especial urbana é obrigatória a intervenção do Ministério Público.
- II- A usucapião especial de imóvel urbano poderá ser invocada como matéria de defesa, valendo a sentença que a reconhecer como título para registro no cartório de registro de imóveis.
- III- Na ação judicial de usucapião especial de imóvel urbano, o rito processual a ser observado é o sumário.

Analisadas as sentenças, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Apenas I e II estão corretas.
- b) Apenas III está correta.
- c) Apenas II está incorreta.
- d) Todas estão corretas.

**Questão 29**

A legislação municipal, ao disciplinar o solo urbano não edificado ou subutilizado, pode impor medidas compulsórias de aproveitamento, incluindo parcelamento, edificação ou utilização do imóvel, condicionando prazos e responsabilidades do proprietário. Sobre o parcelamento compulsório, assinale a alternativa CORRETA.

- a) O proprietário poderá transferir o imóvel antes do término dos prazos fixados sem que o adquirente assumira qualquer obrigação, pois apenas o notificando originalmente responde pelo cumprimento da medida.
- b) A obrigação de parcelar o solo somente se aplica a imóveis individuais com área inferior à mínima definida no plano diretor, não se estendendo a grandes empreendimentos, que ficam sujeitos apenas à edificação compulsória.
- c) A transmissão do imóvel, por ato inter vivos ou causa mortis, posterior à notificação do poder executivo, transfere integralmente as obrigações de parcelamento, sem reinício de prazos ou interrupção da exigibilidade legal.
- d) O parcelamento compulsório pode ser flexibilizado a critério do proprietário, desde que o projeto seja protocolado dentro do prazo de um ano, independentemente da aprovação municipal, devendo apenas ser averbado no cartório.

**Questão 30**

O desenvolvimento histórico da classificação das plantas em formas de vida demonstrou a evolução do conhecimento sobre a relação entre a morfologia vegetal e os fatores ambientais. O sistema moderno de formas biológicas, que associa a posição e proteção dos órgãos de crescimento às condições climáticas, foi organizado de modo que:

- a) Todas as plantas que sobrevivem ao período desfavorável do ano possuem gemas localizadas acima do solo, independentemente da exposição ao frio ou à seca, garantindo uniformidade adaptativa entre fanerófitos e caméfitos.
- b) Os hemicriptófitos e criptófitos compartilham a mesma estratégia de proteção das gemas, com localização superficial e subterrânea, respectivamente, porém não apresentam distinção funcional diante de variações de umidade e temperatura.
- c) Os terófitos completam seu ciclo de vida em períodos favoráveis, sendo a posição das gemas irrelevante, mas a morfologia é condicionada por adaptações genéticas fixas que se sobrepõem às respostas climáticas.
- d) A classificação proposta por Raunkiaer organiza as plantas em categorias que refletem tanto a posição e proteção das gemas quanto a resposta fisiológica aos fatores ambientais, permitindo uma análise integrada de adaptação e forma biológica.

**Questão 31**

Considere o enunciado:

No estudo das fisionomias vegetais brasileiras, certos tipos de formações campestres receberam denominações específicas para caracterizar a disposição estrutural das espécies arbóreas em relação ao estrato herbáceo.

A vegetação que apresenta árvores baixas, espaçadas e isoladas, inseridas em meio a um estrato herbáceo contínuo, corresponde a:

- a) Cerrado transitório.
- b) Caatinga arbustiva.
- c) Parque.
- d) Mata de galeria.

**Questão 32**

No estudo da Fitogeografia, a identificação de áreas com características ambientais similares permite a compreensão da distribuição da vegetação. Nesse contexto, uma região fitoecológica é composta por ambientes que:



- a) Compartilham fatores geológicos e geomorfológicos, sendo possível a presença de diferentes padrões climáticos e vegetacionais dentro da mesma área.
- b) Apresentam uniformidade na vegetação predominante, sem que os processos geológicos e climáticos que atuam na área sejam necessariamente homogêneos.
- c) Consistem em conjuntos de vegetação identificáveis, cujas diferenças entre os ambientes são irrelevantes para a delimitação regional.
- d) Reúnem ambientes submetidos a fenômenos geológicos e processos geomorfológicos regionais, sob condições climáticas semelhantes, sustentando padrões de vegetação compatíveis.

**Questão 33**

Sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, analise as sentenças a seguir:

- I- As pessoas jurídicas serão responsabilizadas administrativa, civil e penalmente conforme o disposto nesta Lei, nos casos em que a infração seja cometida por decisão de seu representante legal ou contratual, ou de seu órgão colegiado, no interesse ou benefício da sua entidade.
- II- A responsabilidade das pessoas jurídicas exclui a das pessoas físicas, autoras, co-autoras ou partícipes do mesmo fato.
- III- Poderá ser desconsiderada a pessoa jurídica sempre que sua personalidade for obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados à qualidade do meio ambiente.

Analisadas as sentenças, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Todas estão corretas.
- b) Apenas I e II estão corretas.
- c) Apenas III está correta.
- d) Apenas II está incorreta.

**Questão 34**

No contexto da Lei n.º 9.605/1998, que trata de sanções penais e administrativas derivadas de condutas lesivas ao meio ambiente, assinale CORRETAMENTE qual a natureza da ação penal relativa às infrações penais previstas nesta Lei.

- a) É privada condicionada à iniciativa do interessado ou da vítima direta.
- b) É pública incondicionada.
- c) É confidencial dependente de autorização expressa do órgão ambiental.

- d) É reservada condicionada à instauração de procedimento administrativo prévio.

**Questão 35**

Conforme Lei n.º 9.605/1998, as condutas envolvendo o manejo de espécimes da fauna silvestre, nativos ou em rota migratória, sem observância das exigências legais ou em desacordo com a autorização concedida pela autoridade competente, sujeitam o infrator a sanções penais. Considerando essa Lei, aquele que realiza tais atos:

- a) Está sujeito apenas à advertência formal, sem imposição de penalidade criminal ou multa administrativa.
- b) É passível de penalização apenas se houver comprovação de dano ambiental significativo, mediante perícia oficial.
- c) Terá pena restrita à suspensão temporária de licença ambiental, sem aplicação de detenção.
- d) Responde apenas civilmente, devendo reparar o dano à fauna, sem sujeição a sanção penal.

**Questão 36**

A configuração dos canais fluviais depende diretamente das condições hidrossedimentológicas e da energia disponível para o transporte de partículas. Os canais anastomosados, caracterizam-se por:

- a) Deposição de blocos rochosos resistentes em todo o leito, promovendo a formação de margens estáveis e linhas de fluxo retilíneas em direção ao nível de base.
- b) Presença de depósitos sedimentares muito finos e pouco coesos, que são transportados integralmente até o nível de base, sem acúmulo em trechos intermediários do canal.
- c) Formação de inúmeros bancos de materiais sedimentares distribuídos pelo leito, decorrente da baixa capacidade de transporte da carga até o nível de base final.
- d) Deslocamento contínuo de areia grossa e cascalho, produzindo barras longitudinais permanentes, que mantêm o canal único e sem subdivisões internas.

**Questão 37**

Na terminologia hidrográfica, algumas formações fluviais cumprem o papel de conexão ou desvio do curso principal, diferenciando-se pela função, pela relação com os meandros e pela sazonalidade de sua ocorrência. A formação conhecida como furo corresponde a:



- a) Canais estreitos que interligam um rio a outro, ou um rio a um lago, funcionando como atalhos em meandros e podendo existir apenas no período de cheias.
- b) Pequenos cursos de água de curta extensão típicos de rios de menor porte e que percorrem trajetos independentes do leito principal.
- c) Subdivisões lineares do curso principal, que contornam ilhas fluviais e permanecem sempre vinculadas ao mesmo rio.
- d) Derivações temporárias originadas de depósitos de sedimentos, unindo margens opostas de um mesmo rio sem constituir prolongamentos contínuos do canal.

### **Questão 38**

A Conferência de Tbilisi (1977) e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) consolidaram princípios que orientam a Educação Ambiental (EA) no Brasil. Dessa forma, a EA é considerada transversal, pois:

- a) Propõe-se a não ser tratada como disciplina isolada, mas sim a permear os conteúdos, objetivos e orientações didáticas de todas as áreas do conhecimento.
- b) Considera o ambiente em seus múltiplos aspectos — natural, tecnológico, social, político e cultural — ampliando o alcance local, regional e global.
- c) Atua permanentemente no desenvolvimento do senso crítico, visto que sua interrupção compromete a evolução da consciência ambiental.
- d) Busca induzir mudanças de atitudes, promovendo a consolidação de novos valores, conhecimentos, habilidades e posturas coletivas.

### **Questão 39**

A Extensão Ambiental, entendida como um segmento da Educação Ambiental, tem papel estratégico na preservação e recuperação do meio ambiente. Nesse sentido, sua função essencial está vinculada a:

- a) Apoiar municípios e organismos regionais no fortalecimento de sua capacidade de gerenciamento, controle e fiscalização, difundindo metodologias e técnicas ambientalmente adequadas.
- b) Concentrar a disseminação de práticas de preservação ambiental em universidades e centros de pesquisa, assegurando que a produção científica seja o núcleo da ação educativa.
- c) Promover a descentralização parcial das responsabilidades ambientais, mas mantendo a

união como instância central de fiscalização e controle efetivo.

- d) Estimular a democratização do acesso à informação ambiental, ainda que sem atuar diretamente na capacitação técnica de prefeituras ou conselhos municipais.

### **Questão 40**

A classificação pedológica considera múltiplos fatores de formação, incluindo clima, vegetação, sais e processos deposicionais. Nesse contexto, o solo é caracterizado por:

- a) Desenvolvimento sob condições de deposição superficial não consolidada, associada a colúvios e taludes, corresponde ao solo halomórfico.
- b) Influência direta dos condicionantes climáticos e vegetacionais locais, resultando na formação completa dos horizontes a, b e c, define o solo transportado.
- c) Acúmulo expressivo de sais em sua gênese, ainda que sem relação direta com marés ou vegetação típica, caracteriza o solo de mangue.
- d) Ausência de influência climática marcante, geralmente jovem e sem horizontes plenamente formados, é denominado solo azonal.